

**A CADEIRADA NO DEBATE TELEVISIVO E OS SENTIDOS PARA A POLÍTICA,
DEMOCRACIA E A VIDA SOCIAL**

**THE CHAIR IN TELEVISION DEBATE AND THE MEANINGS FOR POLITICS,
DEMOCRACY AND SOCIAL LIFE**

Recebido em: 12/12/2024

Aceito em: 30/03/2025

Publicado em: 05/06/2025

Ana Carolina Fazzio Soares¹ 

Universidade Federal de Mato Grosso

Wesley de Souza Mendonça² 

Universidade Federal de Mato Grosso

Aline Wendpap Nunes de Siqueira³ 

Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este artigo investiga os sentidos produzidos pelos discursos sobre uma agressão de um candidato a outro candidato à prefeitura da cidade de São Paulo, durante um debate televisivo. Trata-se de uma cadeirada que o, então, candidato José Luiz Datena desferiu contra o, à época, candidato Pablo Marçal, no dia 15 de setembro de 2024, na transmissão ao vivo do debate da TV Cultura, que antecedeu a eleição que definiu o prefeito da cidade com o maior número de habitantes do Brasil. Por meio da Análise do Discurso francesa materialista histórica, buscamos compreender a relação entre os discursos que focalizam a agressão e quais são os efeitos de sentido produzidos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Política; Mídia.

Abstract: This article investigates the meanings produced by the discourses on an attack from a candidate on another candidate for mayor in the city of São Paulo during a televised debate. The attack involved throwing a chair that candidate José Luiz Datena threw at candidate Pablo Marçal on September 15, 2024, during the transmission of the debate on TV Cultura, in the lead-up to elections which would ultimately choose the mayor of the city with the most significant number of inhabitants in Brazil, São Paulo. With the usage of French historical materialist discourse analysis, we aim to understand the relationship between the discourses that focused on the attack and what are the effects of meaning produced.

Keyword: Discourse Analysis; Policy; Media.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem sido reconfigurada por uma cultura que, além de ser revitalizada incessantemente por seus integrantes e novas formas de mediação com o tempo e

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. Brasil, Mato Grosso, Cuiabá. E-mail: mendoncaswesley@gmail.com

² Aluna do Programa de Pós-graduação de Estudos em Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Brasil, Mato Grosso, Cuiabá. E-mail: ana.carolina7@unemat.br

³ : Professora Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. Brasil, Mato Grosso, Cuiabá. E-mail: aline.siqueira@ufmt.br

o espaço, e também intensamente por um conjunto de inovações tecnológicas denominadas de tecnologias da informação e que, por consequência, derivaram as tecnologias de comunicação. A mutação nos modos de perceber, relacionar-se e agências de grupos ou indivíduos é tão significativa que sua implicação alcança outros campos da realidade: economia, política, arte; de modo que não é possível saber ao certo onde ela começa ou termina. Fenômeno que se assemelha a conceituação de rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995).

Essa conjuntura sociocultural inspira questionar a experiência com a temporalidade e espacialidade. A ambiência reticular de recortes factuais como se fossem fragmentos suspensos em circulação interrogam a vida presente: onde determinado acontecimento ocorreu? Quando se deu? E, principalmente, seu prolongamento ou resgate, por meio das tecnologias digitais, o atualizam ou criam novas vivências? De que maneira a direcionam, interferem, moldam por meio de uma intencionalidade precisa que emula e modula sensações, desejos e práticas? De qual cultura se está falando? A cultura contemporânea pode ser chamada de cultura digital ou a cibercultura, como afirma Pierre Lévy (1999).

Caio Túlio Costa (2005, p. 189) infere que a maneira de consumir e produzir mídia mudou e tornou-se “entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua”. Essa ubiquidade é perceptível pela velocidade de imagens que cintilam nas telas. Fabio Henrique Ciquini (2016; 2019) fala em embotamento do imaginário simbólico, que tem sido invadido pelas imagens midiáticas.

Esse horizonte midiático descrito é um traço, um fio da trama histórica que vem sendo urdida, em outras palavras, é a composição dos filamentos socioculturais alinhavados por uma rede de forças. Os teares, isto é, os vetores políticos-econômicos-sociais-técnicos a fiarem o chamado desenvolvimento histórico, por vezes, produzem revoluções, que foram estudadas por Manuel Castells (1999) e Adam Schaff (1995), entre outros.

A revolução industrial, conforme os supracitados autores, inicia-se com a incorporação do vapor à produção fabril e, posteriormente, pela utilização da eletricidade. As inovações não impulsionaram apenas o escalonamento da produção industrial, mas também, a partir da energia como fonte da força motriz das máquinas, substituíram e expandiram, no espaço, a força do corpo humano (Castells, 1999). Agora, no entanto, o que se assiste é a mais recente revolução, alavancada, primeiramente, pela eletrônica, e, atualmente, pela informática. Se anteriormente a força física foi ampliada com o uso do maquinário industrial, hoje é a capacidade intelectual humana que se alarga por meio de “autômatos” na “produção” e nos “serviços” (Schaff, 1995, p. 22).

Atualmente, a evolução tecnológica conectou numa ampla e complexa rede pessoas, grupos, comunidades inteiras, ora em bolhas, ora em escala planetária. E o mais impressionante, frequentemente, essas conexões se dão simultaneamente. Essa potencialidade foi capturada pelos que ambicionam o poder e passaram a usar estrategicamente esses recursos tecnológicos para assediar consciências, capitalizar a atenção das pessoas e interferir no tecido político, social, econômico e cultural. As expressões dessa problemática são momentos decisivos da vida coletiva que emergem com maior vigor.

Às vésperas de eleições para prefeitos, governadores e presidente, é comum que veículos de comunicação promovam debates entre candidatos que concorrem às vagas. A promessa é de que os espaços sejam usados para a explanação de projetos, mas, muitas vezes, o telespectador costuma ver no lugar de propostas, troca de ofensas e acusações. No dia 15 de setembro de 2024, foi possível testemunhar mais do que isso durante o debate realizado pela TV Cultura, entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, no Teatro B32. Foram convidados os candidatos Guilherme Boulos (PSOL), José Luiz Datena (PSDB), Marina Helena (Novo), Pablo Marçal (PRTB), Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB), os cinco mais bem colocados nas pesquisas eleitorais.

Por meio da transmissão da TV Cultura, app⁴[4] Cultura Play, site da emissora e seus canais no Youtube, Facebook e Tik Tok, o telespectador acompanhou a agressão do, então, candidato e apresentador de televisão, José Luiz Datena, ao também candidato Pablo Marçal. A agressão aconteceu no quarto bloco do debate, Pablo Marçal chamou José Luiz Datena de “arregão”⁵ afirmando que o apresentador chegou a partir para cima dele num debate anterior, promovido pela TV Gazeta, para lhe dar um tapa, mas não teve coragem de fazê-lo. E foi esse o momento em que Datena jogou uma cadeira em Marçal.

Este trabalho buscou analisar os sentidos produzidos pela agressão entre os candidatos vista por milhares de telespectadores por meio da Análise do Discurso francesa, cunhada por Michel Pêcheux (1997). O trabalho com essa vertente teórica nos permitirá observar o discurso ideológico, as posições sujeito de quem diz e para quem diz, a formação imaginária que as

⁴ App é a forma coloquial que no Brasil se utiliza para designar um aplicativo, ou seja, um sistema informático que opera determinadas funções. Nesse caso, o app Cultural Play possibilita, por meio de dispositivos móveis, o acesso aos conteúdos produzidos pela TV Cultura em seu canal aberto ou transmissão convencional.

⁵ O termo é um adjetivo pejorativo muito corrente entre grupos populares para indicar um homem com falta de coragem, inapto, e, portanto, sem valor moral. Características que o afastam da idealização de homem construído pela cultura ocidental, patriarcal e etnocêntrica.

pessoas têm em relação ao homem, e esses conceitos que nos permitirão interpretar os efeitos de sentido desta agressão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referencial metodológico deste estudo foi construído a partir do legado de Michel Pêcheux que estudou filosofia na École Normale Supérieure, em Paris. A história da Análise do Discurso (AD) começou com os questionamentos de Pêcheux sobre a língua e a fala abordadas por Ferdinand de Saussure, linguista suíço que desenvolveu a linguística e, por isso, conhecido historicamente como o pai da linguística. O objeto de estudo do linguista foi descrito na obra póstuma Curso de Linguística Geral, escrita por Charles Bally e Albert Sechehaye (2021, p. 62):

O estudo da linguagem comporta, pois, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; a outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, isto é, a fala, inclusive a fonação: ela é psicofísica.

Com a intenção de agregar elementos como sujeito, ideologia, formação imaginária entre outras noções que Saussure não havia trabalhado, Pêcheux busca, além da linguística, contribuições da história por meio de seu colega de estudos também francês Louis Althusser, que fazia uma releitura de Karl Marx, e na psicanálise Jacques Lacan, que estudou o inconsciente como linguagem, ancorado em Sigmund Freud, como sustentação da Análise do Discurso francesa. Em suma, o que Pêcheux reivindicou naquele momento foi a implantação da ideologia e história no estudo da língua. Dessa forma, a AD filiada ao Michel Pêcheux, foi constituída em um tripé que integra linguística, história e psicanálise, ou seja, são mobilizadas as três áreas para analisar um discurso.

A Análise do Discurso nasceu em 1960 na França, quando Pêcheux apresentou, por meio teórico, as lentes para ver através da obviedade os sentidos produzidos. Analisar o discurso é interrogar um mundo ‘semanticamente normal’, o do sujeito pragmático, ou seja, acessar a ligação material entre o inconsciente e a ideologia.

Pêcheux sustenta que a ideologia é uma condição para a constituição do sujeito. São sujeitos todos que estão assujeitados a língua e a ideologia, como descreve Eni Orlandi (2020, p. 44): “[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” A

pesquisadora Freda Indursky (2008, p. 119) descreveu o sujeito da seguinte forma:

[...] fragmentado, descentrado e disperso, o sujeito é ideologicamente constituído. Consequentemente seu discurso relaciona-se com uma formação discursiva (FD) específica, sendo por ela determinado. Ou seja, a FD constitui-se de um saber que lhe é próprio, determinando o que pode e deve ser dito por um sujeito por ela afetado, daí decorrendo a coerência discursiva de seu dizer. Assim, ao mobilizar enunciados produzidos por outros enunciadore, o sujeito com eles estabelece relações ideologicamente determinadas de identidade, similaridade, divergência, conflito, antagonismo, etc.

Baseada nos estudos de Pêcheux, Eni Orlandi (1990) abordou que “isso é explicitar o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia”, e reforçou o que a história representa para o analista de discurso, Orlandi (1990, p. 35):

E insistimos no sentido particular do que é a história para o analista de discurso. A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos.

Para além disso, compreendemos a interpelação da ideologia no sujeito, movimento que a AD conceitua como ‘assujeitamento’ e que, segundo Eni Orlandi (1990), é “capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: que pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”.

Também precisamos definir sobre as formações ideológicas, que não são individuais, nem mesmo são iguais para todos, mas, sim, uma relação com a luta de classes, conforme afirmaram Haroche, Pêcheux e Henry, no escrito A semântica e o corte Saussuriano (2007, p. 33-34):

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.

Dessa forma, compreendemos que, “as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações

discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2007, p. 34).

É necessário abordar a língua no jogo de diferenças, alterações, contradições pelo equívoco, eclipse e a falta do que lhe escapa. A pesquisadora Solange Mittmann (2007, p. 153) descreveu esse trabalho do analista do discurso:

[...] não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização sobre o discurso, ou seja, tomamos o texto como unidade linguística para análise do funcionamento do discurso e reflexão sobre as condições históricas de produção/leitura. E porque, nesta teorização, não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos interrelacionando arqueologicamente noções teóricas pertinentes.

Sendo assim, o papel do analista do discurso nada tem a ver com descrição de um texto, ao realizar a análise é necessário fazer o batimento do *corpus* com a teoria e, dessa forma, compreender como se dão os sentidos no objeto analisado.

CONEXÕES E TENSÕES: A DISPUTA DE PODER NO MUNDO DIGITALIZADO

A inventividade tecnológica alterou o modo de perceber a realidade (Belting, 2006; Thompson, 2014). As mídias, primeiramente, introduziram a experiência compartilhada de realidade construída. E, posteriormente, aprofundaram a experiência individual, com o desenvolvimento tecnológico e modo de produção digital. Elas substituíram, assim, segundo Marilena Chaui (2006, p. 31), “o espaço social concreto, feito de divisões, diferenças, interditos e limitações, por um espaço homogêneo e transparente”.

O resultado desse processo Thompson (1995, p. 21) chamou de “mediação”, o mundo de hoje é “atravessado por redes institucionalizadas de comunicação” de modo que as experiências individuais e coletivas estão inevitavelmente mediadas “por sistemas técnicos de produção e transmissão simbólica”. A “mediação” interferiu decisivamente não só no modo de produção da informação, mas também no processo de recepção. Essa “mediação” se dá também no campo virtual.

Mas o que vem a ser a virtualidade? Marilena Chaui (2006, p. 71) distingue virtual e real. O virtual, para ela, é, objetivamente, “o que existe como uma possibilidade de concretizar-se”; e o real “é o que existe de fato, podendo ser dado diretamente a nossa experiência ou ao nosso pensamento”. Sua distinção decorre de uma visão crítica sobre a operação da “multimídia” potencializada pelas tecnologias da informação. Essa espécie de convulsão da relação espaço-tempo, intensificada pela convergência midiática, alerta

Chauí (2006), além de expor a população à vigilância e ao controle, desencadeia a desestruturação da percepção do mundo real.

As produções midiáticas, atualmente, reformuladas pelas tecnologias digitais estão revestidas de plasticidade e opacidade e indicam uma alteração, sobretudo, na percepção de seus interlocutores. Embora, a recepção do processo midiático não seja passiva, pois “não há automatismo no que nós percebemos e como nós percebemos, apesar de todas as tentativas de se provar o contrário”, assevera Hans Belting (2006, p. 46). A corporalidade, para ele, não existe em um vácuo histórico e cultural, ela é “uma mídia viva que transcende a capacidade de suas próteses midiáticas” (Belting, 2006, p. 47) e pode, assim, construir seu processo perceptivo e inteligível.

Se o corpo pode readequar sua percepção, haveria uma ideia de percepção suficientemente flexível para sustentar as experiências nômades no ambiente virtual? Maurice Merleau-Ponty (2018, p. 67) explica que a percepção é o “pensamento de perceber”. Essa capacidade de perceber, isto é, um corpo pensante, permite conceber a imagem que, ao ser visada, dá a pensar, lança o observador no tempo transformado em experiência da intencionalidade.

O corpo e percepção (Belting, 2006; Merleau-Ponty, 2018) formam uma experiência sensorial mediada, um existir encarnado em que sente e pensa simultaneamente e, assim, se constitui e produz o mundo. O corpo, por essa teorização, não é receptáculo vazio e a percepção não é uma recepção passiva de arregimentações externas, ao contrário, é um movimento de conhecer, uma intencionalidade relacional com o diferente, ou seja, com o real se perfazendo historicamente.

A “mediação” (Thompson, 1995) complexifica o processo perceptivo em tempos de experiência virtual. Afinal, o campo de interação já foi interpretado pela mídia, ou seja, a mediação se dá pela imbricação com realidades construídas. A mídia é um relevante agente social que interfere na dinâmica política, cultural e econômica do tecido social (Chauí, 2006; Soares, 2000). É preciso, portanto, colocar em tensionamento os impactos tecnológicos das mídias sobre a percepção humana e suscitar formas de pensar as tendências que emergem do fenômeno da hibridação humano-tecnologia.

A comunicação social, além de ser uma condição humana, é um direito constitucional instituído pelo processo, no caso brasileiro, de redemocratização (Chauí, 2006; Guareschi, 2013). No entanto, a letra da lei por si mesma não faz existir a efetivação do direito à comunicação, direito esse que não se restringe apenas ao acesso à informação, mas contempla

a participação no processo comunicativo. É pela participação popular ativa que se realiza o princípio democrático da isonomia que, conforme Chaui (2006), significa a possibilidade de todos exporem em público suas ideias e vê-las debatidas, aceitas ou rejeitadas.

No cenário nacional contemporâneo, a comunicação democrática tem enfrentado dois desafios principais: o domínio hegemônico dos conglomerados empresariais e a falta de universalização do acesso aos recursos tecnológicos como a internet, por exemplo. Essas duas barreiras à democratização da comunicação, entre outros fatores, têm se entrelaçado e transmutado no que se chamou de sistema multimídia.

Para Chaui (2006), a comunicação centralizada, como também expôs Costa (2005), tem produzido simulacros de realidade por meio da compressão espaço-temporal possibilitada pelas tecnologias da informação, ou seja, o condicionamento do tempo e do espaço em uma indiferenciação, uma realidade sem passado e sem futuro, presa no aqui e no agora. O simulacro, então, “destrói a ordem simbólica da cultura, pois uma é ‘virtualidade real’ ou uma ‘realidade virtual’” (Chaui, 2006, p. 72, grifo da autora).

Mas essa é apenas uma face da comunicação, em outras palavras, o processo de mercantilização informacional, ainda que majoritário, enfrenta, mesmo que não cotidianamente, a resistência e a apropriação popular da produção comunicativa tecnológica, evidenciadas por teorias de recepção (Thompson, 1995; 2014). E se existe a possibilidade da subversão popular sobre a comunicação mercadológica, Soares (2000, p. 16) afirma que “a faculdade de apreensão da realidade é operada conjuntamente pela materialidade dos sentidos e pela capacidade de intelecção abstrata do homem”, portanto, a sensibilidade pode ser ressignificada pela criticidade. Há, então, no horizonte, a possibilidade de romper a imposição hegemônica da comunicação mercadológica por modos populares e novos de restituir o direito à comunicação.

Afinal, a comunicação é o direito, isto é, a agência coletiva, que se busca quando algum outro direito não foi efetivado. Bill Kovach, Tom Rosenstiel (2004) e Pedrinho Guareschi (2013) afirmam, peremptoriamente, que ao se fortalecer a imprensa, fortalece-se, também, a democracia.

Justamente pela consideração de que a imprensa contribui com a regulação das democracias (Guareschi, 2013), mas também por conferir poder aos grupos, instituições e indivíduos de se moverem pelos campos sociais (Thompson, 2014) é que a comunicação mediada foi e permanece sendo alvo de estudos. A inovação tecnológica tem permitido à mídia, incluindo a jornalística, modernizar-se e dinamizar seu modo de fazer. Essa tecnificação,

alargada pela capacidade de produzir em menor tempo e alcançar maior audiência, acrescenta a essa área do conhecimento interesse pela necessidade de atualizar o saber que se detém sobre o processo midiático, sua percepção e reverberação de suas produções.

Kovach e Rosenstiel (2004, p. 42) asseveram que a interação “high-tech”, ou seja, parametrizada pela tecnologia, retoma um jornalismo que ocorria em bares e cafés “há quatrocentos anos”. Será? O que, de fato, a tecnologia repõe no jornalismo? E mais, o que transforma? Belting (2006) defende que as incertezas do corpo humano fizeram extrapolar a expectativa sobre os corpos artificiais, tanto que “as mídias contemporâneas estão investidas de um poder paradoxal sobre nossos corpos, os quais se sentem derrotados ante sua presença” (Belting, 2006, p. 48). Uma “derrota” que tende a ser suplantada pela capacidade perceptiva que se apresenta flexível e adaptável.

A CADEIRADA QUE SEQUESTROU O DEBATE PÚBLICO NA ELEIÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO – CAPITAL

Michel Pêcheux, filósofo francês que fundou a Análise de Discurso materialista histórica, entende que “o termo discurso, “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, 1993). E qual é o efeito de sentido que compreendemos ao retomarmos o discurso de Marçal para Datena minutos antes da cadeirada? Para compreensão, descrevemos a fala de Pablo Marçal segundos antes da agressão:

A gente quer saber que horas você vai parar. Já abandonou a entrevista **chorando**. Você, que **é um cara que só fala quando** tem uma televisãozinha escrevendo ali. Que horas o Datena vai parar com essa palhaçada que ele tá fazendo aqui? Você não respondeu à pergunta. A gente quer saber. Você é um **arregão**. Você atravessou o debate esses dias pra me dar um tapa e falou que você queria ter feito. Você **não é homem nem pra fazer isso. Você não é homem** (G1, 2024).

Observamos uma provocação de ordem machista, o que é muito comum em discursos da extrema direita, ao tocar o adversário em sua masculinidade, ora, “chorar” não é coisa de homem, ser “arregão” é um insulto, “você não é homem”, nada disso é neutro. São frases que trazem efeitos de sentido de que o adversário não é capaz, o reduz a alguém que não tem coragem, entre outros adjetivos usados pela sociedade para menosprezar um homem. O que notamos por meio das condições apresentadas, são discursos que representam relações de poder, como explica a linguista Eni Orlandi (2020, p. 40):

[...] não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que se tem de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições.

Sendo assim, compreendemos que não existe discurso sem ideologia, o sujeito é ideologicamente constituído. Nesse caso, Marçal e Datena fazem parte do mesmo grupo ideológico machista, pois o que foi proferido pelo candidato do PRTB foi recebido como um insulto pelo candidato do PSDB, ou seja, o discurso machista provocou efeitos de sentido em ambos.

Jean Jacques Courtine (2016) defende que um discurso é composto a partir de uma série de condições de produção, sejam históricas ou circunstâncias determinadas. Sendo assim, é necessário entendermos o ambiente onde o fato circula. Trata-se de dois candidatos ligados a partidos do espectro político de direita. Embora o Brasil seja governado por um presidente de um partido de esquerda e que construí uma ampla aliança com partidos de centro e de direita, Luís Inácio Lula da Silva (PT), há um grande grupo político que representa a extrema direita no país. Não por acaso, parte da população brasileira tem grande identificação com a extrema direita. Segundo Helena Brandão (2006),

[...] não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes, esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não. Nem sempre digo tudo que penso, deixo nas entrelinhas significados que não quero tornar claros ou porque a situação não permite que eu o faça ou porque não quero me responsabilizar por eles, deixando por conta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos, subentendidos. Isso é muito comum, por exemplo, nos discursos políticos, no discurso jornalístico, e mesmo nas nossas conversas cotidianas (Brandão, 2006, p. 2).

E não é só no discurso que observamos a ideologia machista, se pensarmos na imagem que Marçal construiu nos últimos tempos, também notamos a afirmação de gênero homem cis.

Imagem 1 - Mudança Física de Pablo Marçal.



Fonte: Revista Contigo, 2024.

Dessa forma, compreendemos que há uma relação de sentidos entre discursos, ou seja, outros discursos que estão envolvidos ou que poderão ser mobilizados com um discurso anterior ou até mesmo com uma futura construção discursiva, como explicou Pêcheux (1993, p. 77): “assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos”. E continua (PÊCHEUX, 1993):

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as deformações, que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (Pêcheux, 1993, p. 77).

Quando os discursos circulam em lugares que contribuem com o debate público, neste caso, uma emissora de televisão, é preciso entender o que a pesquisadora Maria do Rosário Gregolin (2007) aborda sobre a mídia que, para ela, é um dispositivo para construção de identidades:

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma história do presente, como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. Esse efeito de história ao vivo é produzido pela instantaneidade da mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não verbais, compondo o movimento da história presente por meio de ressignificação de imagens e palavras enraizadas no passado (Gregolin, 2007, p. 16).

O que Gregolin (2007) propõe é que a mídia pode ser vista como o principal meio pelo qual uma narrativa do presente é elaborada, é que, dessa forma, são criadas tensões entre memória e esquecimento, e os efeitos de pertencimento ou não de uma formação discursiva podem surgir a partir dessa dinâmica. Na perspectiva do que discorre Gregolin (2007), podemos compreender que o que a mídia nos apresenta como novo são releituras e ressignificações de assuntos já abordados anteriormente e que ganham novos formatos, contudo, apenas são recolocados em circulação.

Dessa forma, entendemos que os discursos são reconstruídos de modo a recuperar discursos já circulados que remetem a uma posição social. Compreender quem fala é uma das questões a serem observadas pelo analista do discurso, conforme indicou Pêcheux (1993, p. 83), ao dizer que “a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção”. Ainda a partir de seus estudos, Pêcheux (1993, p. 82) mostrou a importância de entender não só quem fala e para quem fala, mas também os lugares sociais que os sujeitos ocupam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da cadeirada entre dois candidatos à prefeitura da capital paulista, em 2024, traz a superfície efeitos de sentido em pelo menos três perspectivas, são elas: a cultura machista explicitada em sua forma violenta, a encruzilhada imposta pelas inovações tecnológicas ao processo comunicacional e mais diretamente ao sistema de mídias convencionais e seus operadores, e o mais trágico: a interdição da política em sua forma democrática, isto é, que busca criar possibilidades diante de impasses colocados pelos conflitos.

A agressão como expressão do machismo que permeia e estrutura a sociedade brasileira evidencia um modo de ser homem na atualidade não apenas violento, mas que busca eliminar o outro, se não definitivamente, ao menos momentaneamente para que ele, o outro, não possa lhe oferecer resistência ou disputa na busca pelo poder. O tensionamento discursivo sobre um certo tipo de masculinidade herdada do patriarcado europeu que lastreou o fato consumado da cadeirada no adversário, durante o debate televisivo, expõe o machismo como um dispositivo de poder que pode ser acionado sempre que necessário para indicar o exercício do poder por um determinado indivíduo. A retórica marcadamente autoritária, impositiva e, portanto, antidialógica explicita que a cultura machista produz a manutenção das relações humanas.

No âmbito comunicacional, a fatídica cadeirada evidencia de modo contundente a desorientação do veículo de comunicação em lidar com a nova forma da política seja pela

construção do espetáculo imediato, seja pela sua capitalização e replicação como criação de realidade em busca do convencimento e identificação pelo absurdo. A TV Cultura não apenas foi surpreendida com o ato violento, mas viu sua produção ser esvaziada do sentido pretendido, ou seja, o debate de ideias e projetos para a governança da cidade de São Paulo por quatro anos e, em seu lugar, pulverizou-se o fato considerado “cômico-trágico”. Resta saber como a sociedade está constituída de modo que parte dela possa aplaudir e achar risível tal violência?

A mídia patronal e alguns agentes “independentes” cumprem um papel funcional à reprodução de visões que alimentam o campo ideológico da extrema-direita. O poder de comunicação — a fala fácil, direta, pouco aprofundada, parcial e saturada de sensacionalismo explorador das mazelas cotidianas tem grande receptividade num contexto social despolitizado e cindido entre os projetos e aspirações individuais e genéricas (Silva *et al.*, p. 407, 2014).

Por fim, a fratura exposta com a cadeirada no debate político televisivo é a falência em curso do que se conhece como política. O debate, os encontros e desencontros das diferenças, a suportabilidade do impasse, da contrariedade, o sentimento coletivo e de pertencimento, as proposições vislumbrando o universal, todos esses sentidos que podem ser produzidos pelo discurso político correm perigo.

Naturalizou-se o comportamento aberrante forjado por contornos de extraordinário com objetivo de capturar olhares no mercado digital da atenção. Comumente, discute-se acontecimentos violentos como fatos isolados sem considerar as micro e pontuais violações como escalada em direção ao ápice da despolitização. Os sujeitos do sentido violento e antipolítico são tomados como exceção e não integrantes da sociedade contemporânea. Onde, então, foram formados se não no seio social? Focalizar o indivíduo antipolítico em detrimento da reflexão sobre a constituição social oculta o núcleo do problema, ou seja, o conjunto da sociedade que se conforma e/ou resiste diante das desigualdades e abjeções. A cadeirada no candidato à prefeitura da capital de São Paulo foi mais que uma agressão, foi um duro golpe na política brasileira.

REFERÊNCIAS

BELTING, Hans. Imagem, mídia e corpo: uma nova abordagem à iconologia. **Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia**, São Paulo, n. 8, p. 32–60, jul. 2006. Disponível em: https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/Ghrebh/Ghrebh-%208/04_belting.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIQUINI, Fabio Henrique. **Entre rastros e restos: a imaginação como arqueologia da imagem**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19542>. Acesso em: 28 set. 2020.

CIQUINI, Fabio Henrique. Com imagens, contra as imagens: o pensamento por imagens como resistência ao imaginário mediático. **E-Compós**, v. 23, p. 1–19, jan.-dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1897>. Acesso em: 17 set. 2021.

CONTIGO. **Antes e depois de candidatos à prefeitura de São Paulo é absurdo: veja mudança**. Disponível em: <https://contigo.com.br/noticias/famosos/antes-e-depois-de-candidatos-prefeitura-de-sao-paulo-e-absurdo-veja-mudanca.phtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. **Revista USP**, São Paulo, n. 66, p. 178–197, jul.-ago. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13446>. Acesso em: 6 mar. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do discurso. **Revista de Estudos do Discurso**, Imagem e Som – Policromias, v. 1, n. 1, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

G1 SÃO PAULO. **Xingamentos, gritos e Nunes apartando: vídeo mostra confusão após Datena agredir Pablo Marçal com cadeira durante debate em SP**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/09/16/xingamentos-gritos-e-nunes-apartando-video-mostra-confusao-apos-datena-agredir-pablo-marcal-com-cadeira-durante-debate-em-sp.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2024.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11–25, nov. 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2020.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto L. (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 17–39.

INDURSKY, Freda. Do desdobramento à fragmentação do sujeito em análise do discurso. In. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**. Porto Alegre: Nova Prova; PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Coleção Ensaaios, 22).

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In. FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 153–162.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto – velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In. GADET, F.; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61–161.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Parábola, 2021.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora da UNESP; Brasiliense, 1995.

SILVA, M. *et al.* A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407–445, jul./set. 2014.

SOARES, Ismar Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12–24, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934>. Acesso em: 19 nov. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.